

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para realizar **serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (prédio-sede, Fórum Eleitoral de Curitiba e Cartórios Eleitorais do Paraná), obedecendo às regras de portabilidade**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral e também conforme as especificações técnicas, condições, quantidades e detalhamentos contidos neste Termo de Referência.

1.2 - Código SIASG: 26387.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES, VALORES, LEGISLAÇÃO, VIGÊNCIA, INÍCIO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1 - A presente licitação abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, disponibilizando linhas móveis, aparelhos em comodato e chip de dados, **obedecendo às regras de portabilidade** e as especificações técnicas, condições e detalhamentos descritos neste documento.

2.2 - Dos Itens e Valores. Serão contratados os seguintes itens de **Serviço Telefônico Móvel - SMP**:

2.2.1 - ITEM 1 - Prestação de serviços para 50 (cinquenta) linhas móveis (voz e dados) com aparelhos em comodato para a Sede do TRE/PR - DDD 41, compreendendo os seguintes serviços:

a) Ligações tipo VC1, VC2 e VC3 - ilimitadas para todo território nacional;

b) Cada linha móvel deverá possuir o pacote de dados com 10GB;

c) Serviço de SMS ilimitado;

d) Transmissão de dados via smartphone;

e) Ferramenta de gestão online para as 50 linhas móveis.

f) Serviços LDN e LDI, para ligações originadas de terminais móveis, VC2 - Valor de Comunicação para Interurbanos Regionais e VC3 - Valor de Comunicação para Interurbanos Nacionais no sistema STFC - Sistema Telefônico Fixo Comutado.

2.2.1.1 - Os aparelhos telefônicos fornecidos deverão atender aos seguintes critérios:

a) Sistema operacional: Android 10 ou superior;

b) Peso máximo: 220 g;

c) Tamanho mínimo da tela: 6,4 polegadas;

- d) Resolução mínima: 13 milhões de cores;
- e) RAM: mínimo de 4GB;
- f) Memória interna: mínimo de 64GB;
- g) Capacidade mínima da bateria: Lítio 4.000 mAh;
- h) Câmera principal: mínimo 12MP;
- i) Conectividade: Wi-Fi; Bluetooth; USB; NFC, GPS;
- j) Velocidade mínima de downloading: 300MBps.

2.2.1.2 - Encontra-se no **Anexo II** os números de telefones já em uso neste Tribunal para efeito das regras da Portabilidade.

2.2.1.3 - O **valor total máximo aceitável** para este item é de R\$ R\$ 201.632,64 (duzentos e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), para o período de 30 (trinta) meses.

2.2.2 - ITEM 2 - 10 (dez) Chips (somente com pacote de voz ilimitados para ligações VC1, VC2 e VC3) a serem inseridos na “chipeira” do TRE/PR;

2.2.2.1 - O **valor total máximo aceitável** para este item é de R\$ 8.970,00 (oito mil e novecentos e setenta reais) para o período de 30 (trinta) meses.

2.2.3 - ITEM 3 - Serviço Telefônico Móvel - SMP, somente chip de dados, para todas as Zonas Eleitorais do Paraná, conforme especificações abaixo:

a) 186 (cento e oitenta e seis) chips de dados para as Zonas Eleitorais do Paraná no sistema de franquia de dados compartilhada, *TotalShare*¹. Cada chip (plug-in) contará com um mínimo de 05GB, totalizando 930GB a serem divididos/compartilhados entre o quantitativo total de plug-ins contratados. **Esta modalidade de chips deverá atender as necessidades dos usuários de Laptops, Notebooks, Tablets ou Smartphones;**

b) Ferramenta de gestão online.

2.2.3.1 - Encontra-se no **Anexo III** a relação das Zonas Eleitorais e seus respectivos endereços a serem contempladas pelo serviço previsto no item 2.2.3.

2.2.3.2 - Não será adotado critério impeditivo às Licitantes em caso de não atendimento ou abrangência dos serviços na quantidade igual ou inferior a 5% das Zonas Eleitorais listadas no **Anexo III**.

2.2.3.3 - O **valor total máximo aceitável** para este item é de 167.288,40 (cento e sessenta e sete mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), para o período de 30 (trinta) meses.

¹ Mecânica da modalidade: a franquia de dados poderá ser compartilhada entre todos os chips distribuídos para as 186 Zonas Eleitorais do PR. Vantagens: Gestor online, franquia compartilhada e *WhatsApp* ilimitado. A expressão em inglês *TotalShare* utilizada neste anexo tem a finalidade tão somente de definir os serviços de dados compartilhados.

2.2.4 - ITEM 4 - Acréscimo de Serviço Telefônico Móvel - SMP para a Sede do TRE/PR durante o Período Eleitoral. Considera-se período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro dos anos em que houver eleição. Neste período a contratada deverá fornecer:

a) **15 (quinze) linhas móveis** (voz e dados) **sem aparelhos em comodato** (somente o chip para estas linhas) para a Sede do TRE/PR - DDD 41, compreendendo os seguintes serviços: Ligações tipo VC1, VC2 e VC3 - ilimitadas para todo território nacional; cada linha móvel deverá possuir o pacote de dados com 10GB; serviço de SMS ilimitado; transmissão de dados via smartphone; ferramenta de gestão online para as 15 linhas móveis; serviços LDN e LDI, para ligações originadas de terminais móveis, VC2 - Valor de Comunicação para Interurbanos Regionais e VC3 - Valor de Comunicação para Interurbanos Nacionais no sistema STFC - Sistema Telefônico Fixo Comutado.

b) **20 (vinte) chips de dados no sistema de franquia de dados compartilhada**, TotalShare. Cada chip (plug-in) contará com um mínimo de 05GB, totalizando 100GB a serem divididos/compartilhados entre o quantitativo total de plug-ins contratados, contando também com a ferramenta de gestão online.

2.2.4.1 - O valor total máximo aceitável para este item é de R\$ 8.707,50 (oito mil, setecentos e sete reais e cinquenta centavos) para o período de 30 (trinta) meses, sendo que a abrangência está prevista para as eleições de 2022.

2.3 - Da Composição do Lote. A contratação dos 4 (quatro) itens especificados acima (2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4) se dará por meio de **lote único**.

2.3.1 - O detalhamento e quantitativos dos serviços estão dispostos, além deste Termo, na **Planilha Orçamentária Estimativa - Anexo VI**.

2.4 - Da Legislação Específica Sobre o Objeto. O Serviço Telefonia Móvel Pessoal (SMP) rege-se, em especial, pelos comandos da seguinte legislação:

- a) Lei n.º 9.472, de 16/07/1997 - Lei Geral das Telecomunicações.
- b) Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP).
- c) Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011 (Aprova o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME), pelo Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações).
- d) Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011 (Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP).
- e) Resolução ANATEL nº 632, de 7 de março de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC).
- f) Decreto n.º 6.654, de 20/11/2008 - Plano Geral de Outorgas (PGO).
- g) Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

h) Demais normas regulamentares aplicáveis expedidas pela ANATEL.

2.5 - Da Vigência e Início dos Serviços. A contratação vigorará pelo período de 30 (trinta) meses a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período ou rescindida antecipadamente, à critério do Contratante, conforme preceitos da Lei 8666/93.

2.5.1 - Todos os itens licitados deverão estar efetivamente operantes na data de início da prestação dos mesmos, ou seja, deverão ter início até o dia 09/08/2021, impreterivelmente, tendo em vista a finalização da vigência do atual contrato emergencial em 08/08/2021.

2.6 - Do Recebimento. Será efetuado pela Gestão da Contratação, Seção de Apoio Administrativo, em até 05 (cinco) dias úteis, emitindo o Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

3 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Em relação à prestação de serviços, a Contratada deverá:

3.1.1 - Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem contratados.

3.1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo TRE/PR, atendendo de imediato as reclamações, através de um consultor especialmente designado para acompanhamento do objeto contratado, dando **preferência ao e-mail como principal canal de comunicação.**

3.1.3 - Tão logo constatado qualquer fato extraordinário ou anormal na execução do serviço contratado, levar ao conhecimento do Gestor e Fiscal do contrato.

3.1.4 - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.

3.1.5 - Prestar o serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Anatel.

3.1.6 - Fornecer número telefônico (0800 ou outro da própria operadora) para registro das reclamações ou dúvidas técnicas sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por 07 (sete) dias da semana, principalmente com relação ao item 2.2.1 letra "c".

3.1.7 - Atender aos chamados dentro de 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da abertura do mesmo.

3.1.8 - Atender em no máximo 05 (cinco) horas os chamados compreendidos no período eleitoral (considerar-se-á período eleitoral de 01 de julho a 30 de novembro nos anos em que houver eleição).

3.1.9 - Garantir a portabilidade de todos os números atualmente utilizados pelo TRE/PR, contidos no Anexo II, sem qualquer custo ao Contratante.

3.1.10 - A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte o objeto contratado, sendo vedada, portanto, a subcontratação.

3.2 - A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

3.3 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

3.4 - Dos serviços de voz: A prestação dos serviços se dará pelo uso da tecnologia mais avançadas (GSM, 4G, CDMA, TDMA) ou as que venham substituí-las, sendo que a CONTRATADA, a qualquer tempo, deverá prover os recursos necessários para a execução do objeto, conforme a seguir:

a) Os aparelhos de telefonia deverão entrar em roaming de forma automática, sem qualquer interveniência do usuário, em todo o território nacional.

b) Deverá ser aplicada tarifa única para todos os horários nas ligações, ou seja, os preços cotados para os serviços deverão ser os mesmos, independentes do horário ou distância das chamadas originadas, VC1, VC2 ou VC3.

c) O faturamento das linhas móveis da Sede do TRE/PR deverão ter preços fixos mensais, visto que o pacote de voz e SMS são ilimitados, bem como o pacote de dados é definido em 10GB, conforme detalhado no item 2.2.1 letras “a” e “b”.

d) O faturamento dos 186 chips de dados, item 2.2.3, também deverá ter preço fixo mensal tendo em conta que o pacote de dados contratados está determinado na quantidade de chips e também no que se refere ao pacote de dados a ser compartilhado.

e) Os serviços intra-grupo “zero” devem ser disponibilizados nos casos de ligação móvel local - VC1 (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos pela prestadora ao contrato.

f) Os serviços relativos ao período eleitoral devem ser faturados em separado.

3.5 - Os aparelhos telefônicos deverão ser fornecidos em regime de comodato, conforme item 2.2.1, e seu prazo de entrega será de 30 (trinta) dias da data de assinatura do contrato.

3.5.1 - A Contratada deverá providenciar o upgrade (troca) dos aparelhos em comodato, por modelo equivalente ou superior as características contratadas, **na proporção de 10% decorridos 24 (vinte e quatro) meses do contrato e o restante na eventual renovação contratual.**

3.5.2 - Os aparelhos telefônicos devem ser entregues na Seção de Apoio Administrativo do TRE/PR.

3.6 - Os 186 chips de dados para as Zonas Eleitorais (item 3 da licitação) deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (dias) da data da assinatura do contrato.

4 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1 - Disponibilizar, sem ônus ao contratante, os serviços de:

- a) Taxas de habilitação;
- b) Adicionais de chamada (AD) e de deslocamento (DSL) em roaming em todo o território nacional;
- c) Conferência;
- d) Desvio de chamada (siga-me);
- e) Identificador de chamadas;
- f) Chamada em espera;
- g) Registros de chamadas não atendidas;
- h) Bloqueios de chamadas, mensagens de texto, MMS, SMS;
- i) Caixa postal com acesso gratuito.

4.2 - Disponibilizar ferramenta de gestão, via Web, que permita à Contratante administrar o perfil de cada linha visando à racionalização da utilização dos serviços.

4.3 - Repassar ao TRE/PR, durante o período de vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, para clientes de perfil e porte similares aos da Contratante, sempre que esses forem mais vantajosos do que os oferecidos à Contratante.

4.3.1 - A Contratada deverá repassar ao TRE/PR os eventuais descontos promocionais, porventura oferecidos ao mercado, para clientes de perfil e porte similares ao do TRE/PR, independente de solicitação deste, sempre que aqueles forem mais vantajosos que os descontos decorrentes desta contratação.

4.4 - A Contratada deverá indicar preposto, aceito pelo Órgão, para representá-la administrativamente sempre que for necessário durante o período de vigência do contrato.

4.4.1 - A comunicação entre o preposto/responsável técnico-administrativo e o gestor/fiscal do contrato deverá ser feita, preferencialmente, via e-mail.

4.4.2 - O preposto deverá prestar as informações e os esclarecimentos solicitados em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da Contratante.

4.5 - Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à Contratante ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade

de ação ou omissão culposa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente.

4.6 - Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

4.7 - Fornecer código de acesso para eventuais contatos, esclarecimentos ou registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos, interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados. O atendimento da Contratada, nesse sentido, terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

4.8 - Deverá manter para a recepção dos pedidos de ordem técnica um número de telefone fixo e e-mail. No caso de mudança dos profissionais envolvidos, a Contratada deverá comunicar de imediato ao TRE/PR.

4.9 - Disponibilizar, mensalmente e sem ônus, via mídia eletrônica ou internet/e-mail (saa@tre-pr.jus.br), o relatório mensal de tarifação, de forma a permitir que se faça, com facilidade, a interpretação dos dados com os valores grafados, de maneira idêntica à fatura respectiva (faturas mensais detalhadas por linha telefônica e outros pacotes contratados).

4.10 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependências da Justiça Eleitoral.

4.11 - Levar, imediatamente, ao conhecimento da Seção de Apoio Administrativo do TRE/PR, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

4.12 - Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços contratados.

4.13 - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e, atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas às solicitações da Contratante, corrigindo após notificação qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

4.14 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

4.15 - Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

4.16 - A contratada deverá responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação, garantindo o sigilo e a inviolabilidade das conversações realizadas através dos serviços, objeto desta licitação, mantendo serviço contra fraude 24 (vinte e quatro) horas por dia, com detecção de clonagem, tomando as devidas providências, caso essa venha a ocorrer, oferecendo condições de uso ininterrupto.

4.17 - Assumir a responsabilidade por clonagem ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nas linhas habilitadas, inclusive quando em roaming nacional e/ou internacional, sem nenhum prejuízo para a Justiça Eleitoral do Paraná.

4.18 - No caso de consórcio e/ou subcontratação de serviços, a empresa líder deverá se responsabilizar integralmente pela prestação de serviços.

4.19 - Os serviços prestados deverão ser de primeira qualidade, atendendo às normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.20 - Reparar ou substituir qualquer aparelho móvel que apresentar defeito, sem nenhum ônus para o TRE/PR, se comprovado que o defeito não foi ocasionado por mau uso. A substituição ou reparo do aparelho que apresentar defeito de fábrica deverá ocorrer no prazo de até 07 (sete) dias pela contratada e, após, pelo período de até 12 (doze) meses pelo fabricante.

4.21 - Da sustentabilidade. A Contratada deverá manter-se, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com o cumprimento das normas da ANATEL que levam a utilização de conceitos de sustentabilidade ambiental.

4.21.1 - A Contratada deverá cooperar para com o desenvolvimento da política ambiental da Contratante relacionada às boas práticas ambientais, devendo recolher, após 60 (sessenta) dias do encerramento do contrato, todos os aparelhos fornecidos em comodato que não mais estiverem em uso pela administração, dando-lhes a correta destinação.

4.21.2 - Caso a Contratada não providencie o recolhimento mencionado no item acima, o desfazimento será efetuado pelo próprio Tribunal, devendo este ser ressarcido de eventuais despesas que o tiver para a correta destinação de aparelhos celulares e suas baterias.

4.22 - Manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - As licitantes deverão cotar a prestação dos serviços seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aquele que não puder atender às condições do Edital.

5.2 - Para elucidação dos termos usados no decorrer deste Termo de Referência, principalmente com relação aos termos contidos nos anexos, devem ser consideradas as definições contidas no **anexo V**.

5.3 - Será realizada reunião inaugural com a empresa contratada para esclarecimentos do contrato de forma geral e fiscalizações, sendo-lhe repassada cópia do Plano de Execução e Fiscalização Contratual e Instrumento de Medição de Resultados - **Anexo IV**.

5.4 - O pagamento mensal ficará vinculado ao Plano de Execução e Fiscalização Contratual e Instrumento de Medição de Resultados - **Anexo IV**.

5.5 - Orienta-se à operadora interessada a realização de visita, mediante agendamento prévio, junto à Seção de Apoio Administrativo, para fins de coleta de informações necessárias à elaboração da sua proposta.

5.6 - A comunicação entre a contratante e a contratada deverá ser feita, prioritariamente, por e-mail da Seção de Apoio Administrativo (saa@tre-pr.jus.br).

5.7 - Informações gerais sobre a atual plataforma de telefonia móvel ou esclarecimentos de dúvidas poderão ser feitas com a Seção de Apoio Administrativo pelos telefones (41) 3330-8996 e (41) 3330-4800, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 19:00 horas.